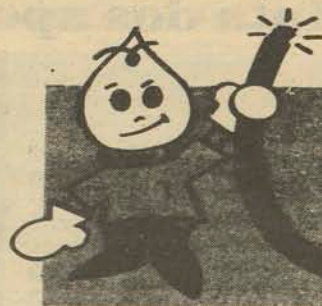




SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 167

06/02/92

COAÇÃO

Sinergia pede inquérito contra Eletrosul

O Sinergia entro com um pedido de abertura de inquérito junto ao Procurador Geral da República, João Pedro Ferraz dos Passos, para apurar casos de coação que estão ocorrendo dentro da Eletrosul. O caso refere-se à pressão para que os empregados desistam de suas reclamatórias trabalhistas sob ameaça de demissão.

O documento (veja fac símile) foi entregue dia 4 de fevereiro em Brasília. O procurador despachou o pedido para o Procurador Regional da 12ª Região, Dilnei Biléssimo, "para adotar com urgência as medidas cabíveis".

Coação, segundo o Código Penal, Art. 344 é crime e pode resultar em até 2 anos de prisão. Além disso, a prática de coação viola direitos constitucionais do cidadão.

INQUÉRITO - Caso semelhante já ocorreu na Celesc, quando empregados foram coagidos a retirar suas ações da Justiça para poderem receber aumento por mérito. O resultado é que a Justiça do trabalho determinou a abertura de inquérito nas Polícias Federal para apurar a responsabilidade do então presidente da empresa Nogert Wiest e do então diretor de administração Luiz Cruz Schneider.

Intercel lança "Campanha de Fevereiro" para movimentar a Celesc

A Intersindical dos Eletricistas de SC - Intercel está lançando a "Campanha de Fevereiro" dentro da Celesc. A proposta é mobilizar a categoria em função de uma série de acontecimentos que violentam e ameaçam direitos da categoria.

Diante das demissões realizadas pela Celesc, apesar da garantia dada pelo acordo coletivo, da crescente contratação de empreiteiras e, dado que, apesar da promessa, a direção não forneceu informações corretas sobre a situação econômico-financeira da empresa a Intersindical elaborou um calendário de mobilização dos celesquianos Campanha (ver box).

Foram realizadas também no mês de janeiro reuniões entre a Intersindical e direção da Celesc, que anunciou vários procedimentos. Um deles diz respeito ao benefício da taxa mínima de energia que alguns empregados ainda recebem: a empresa vai suspendê-lo temporariamente. Informou também que a antecipação do 13º salário para aqueles que pediram para feve-

reiro será paga até dia 10; quem pediu para março ou meses seguintes receberá na folha do mês.

Outra informação dada pela direção da Celesc é de que em fevereiro irá aplicar o decreto estadual de limitação de salários. Disse ainda que o reajuste salarial corresponderá ao cumprimento da lei 8.222. Por último anunciaram que o valor referencial dos benefícios será pela massa salarial (ou seja, pela média da variação dos reajustes recebidos).

A Intersindical não concorda com as determinações da empresa e continuará buscando negociar. "A empresa está sendo arbitrária, arbitrária e desrespeitosa com os seus empregados", garante a Intercel. Para reverter a situação, a receita é a participação dos empregados nas dis-

cussões e a mais efetiva mobilização. "Senão vamos engolir essa", conclui a Intercel.

Calendário de mobilização

3 a 7 de fevereiro:

Trabalho de base. Convocações para assembleias.

10 a 13 de fevereiro: Assembleias regionais para tirar a pauta de reivindicações. Em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Lages e Tubarão serão no dia 13.

14 de fevereiro:

Entrega da pauta à Celesc.

14 a 21 de fevereiro:

Negociação com a Celesc.

17 a 20 de fevereiro:

Ações políticas junto ao governo do Estado e Assembleia Legislativa.

24/25 de fevereiro:

Reunião de negociação na DRT

26 e 27 de fevereiro:

Novas assembleias regionais.

11 de março:

Assembleia estadual.

CNE entra com dissídio contra demissões

Por causa das demissões que vem acontecendo nas empresas do Grupo Eletrobrás, o Comando Nacional dos Eletricistas entrou na sexta-feira, dia 31 de janeiro, com dissídio no TST. Pelo dissídio estão sendo solicitados cinco pontos principais: 1) uma liminar expedindo ordem judicial para que empresas não procedam mais nenhuma demissão sem justa causa até final do processo. 2) uma liminar expedindo ordem judicial para que empresas não procedam mais nenhuma demissão sem justa causa até final do processo. 3) uma declaração de que "razões políticas" não podem se sobrepor a normas trabalhistas e à sentença normativa. 4) Uma declaração de que o empregador, unilateralmente, não pode converter a garantia de emprego em indenização e, 6) uma concessão de injunção para que seja normatizado que os eletricistas tem prorrogado sua cláusula de garantia de emprego até a próxima data-base.

Nas audiências de conciliação, ocorridas na segunda e terça-feira desta semana, no TST, entre o comando e o presidente da Eletrobrás, o tribunal determinou que as empresas não deverão fazer qualquer nova demissão entre os dias 4 e 17 de fevereiro. Decidiu ainda que o jurídico da Eletrobrás deve apresentar sua defesa, por escrito, até dia 11 de fevereiro.

Apesar da proposta do CNE, as empresas não concordaram em reverter as demissões havidas até o dia 3 de fevereiro. O TST não se pronunciou sobre elas. Vale lembrar então que estas demissões, feitas antes do dia 4 de fevereiro, estão "sub judice" e só serão revistas se a tese mantida pelos sindicatos for acatada no julgamento do dissídio. A orientação da assessoria jurídica da Intersindical para os empregados que estão dispostos a lutar pela manutenção dos empregos é que não assinem nem a demissão e nem a carta de incentivo à demissão, pois isto pode vir a prejudicar um processo de reintegração.

INDIFERENÇA - No dia 4 de fevereiro, o presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira, compareceu à audiência de conciliação no TST e reafirmou que está cumprindo a sentença do tribunal ao demitir com indenização. Demonstrando muita indiferença ele disse que "as empresas tem gente demais e os menos capazes serão postos para fora".

O CNE repudiou todas referências a trabalhadores improdutivos. Segundo o comando pessoas com mais de 10 ou 20 anos de serviços prestados não podem agora serem taxadas de ineficientes. O comando denunciou também a ausência de políticas de Relações Humanas (promoções, carreira, avaliação de desempenho) e todas as medidas político-administrativas que geram desperdícios de recursos nessas empresas.

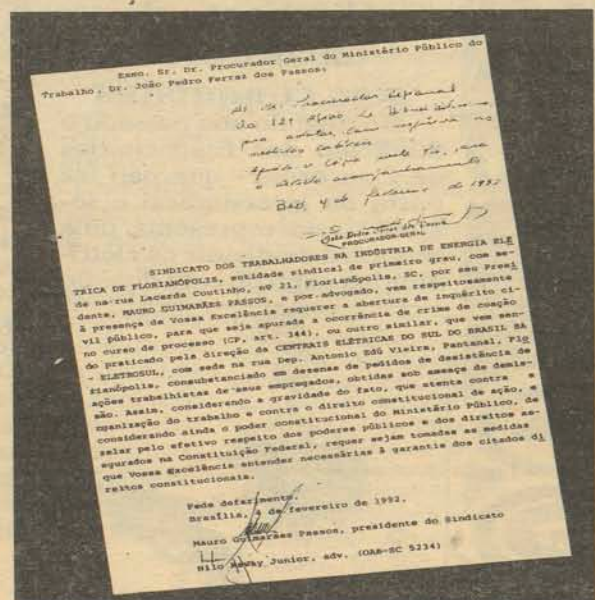
Segundo o chefe do DRH da Eletrosul, Luiz Carlos Pacheco, 133 trabalhadores da empresa receberam o aviso prévio até o início desta semana e cerca de 200 entraram com pedido de demissão incentivada.

Campanha Extraordinária

No final das audiências de conciliação o Comando Nacional dos Eletricistas observou que vários caminhos devem ser trilhados a partir de agora. O primeiro e mais importante é o início imediato de uma campanha extraordinária, com uma pauta de reivindicações econômicas que rediscuta as perdas salariais e o fim das demissões.

O calendário de mobilização proposto pelo CNE prevê a convocação de assembleias nacionais no dia 13 de fevereiro para aprovar a pauta da campanha. No dia seguinte, 14 de fevereiro, esta pauta será entregue à Eletrobrás e esta sendo solicitada para dia 18 de fevereiro a primeira reunião de negociação.

O CNE se reunirá, em Brasília, no dia 11 de fevereiro até o dia 12, quando está agendado novo encontro com o secretário Nacional de Energia, Armando Ribeiro de Araújo.



SETOR ELÉTRICO

CNE debate com a sociedade

O Comando Nacional dos Eletricistas - CNE teve uma reunião terça-feira, dia 04, com a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. A discussão girou em torno do modelo institucional do setor elétrico e a prefeita já tomou medidas concretas para ampliar o debate sobre o assunto.

O CNE estará participando neste final de semana de um ato público e de uma reunião da Frente Nacional de Prefeitos, que acontecerá em João Pessoa, PB para falar da sua proposta de modelo para o setor. A participação nestes eventos foi conseguida através da prefeita. O representante

do CNE será Delman Ferreira, diretor do Sinergia. Já estão confirmadas as presenças de 17 prefeitos de capitais na reunião.

O CNE teve, após a audiência com Erundina, uma reunião com o Secretário de Planejamento da capital paulista, economista Paul Singer para tratar de uma debate sobre o setor elétrico a ser promovido pelo Fórum Paulista de Desenvolvimento. Este debate, que também foi articulado por Erundina, contará com a presença de empresários e representantes do governo federal, além dos eletricistas.

DIRIGENTES SINDICAIS

Categoria mantém liberações

Os eletricistas de Florianópolis resolveram, em assembleia realizada no último dia 30, assegurar as liberações de dirigentes sindicais que foram cortadas pela Eletrosul. Para isso a mensalidade dos associados do Sinergia, entre março e outubro na Celesc e março e novembro na Eletrosul, passará de 0,5 para 1,0%. Neste período o assunto poderá ser rediscutido caso a liberação de dirigentes passe a ser sem ônus para o sindicato.

Na avaliação da diretoria do Sinergia, esta foi mais uma demonstração de consciência da categoria, reconhecendo a importância do trabalho sindical para assegurar as conquistas coletivas. Arno Cugnier lembra que "a categoria nunca deixou de contribuir

efetivamente para garantir a continuidade de trabalho, como foi em vários momentos quando foram constituídos fundos para manter empregados punidos durante greves".

Arno salienta que "quando as empresas investem contra a organização dos trabalhadores e suas entidades, só os próprios trabalhadores podem impedir que a truculência vença". E, segundo ele, os eletricistas mostraram sua disposição de luta com este gesto.

ELEIÇÃO - Na assembleia foi eleito Claudio Corradini para a diretoria do Sinergia, na vaga aberta por Luiz Antonio Maciel Dantas. Corradini, que atualmente é presidente da Aprosul, é agora também diretor adjunto do sindicato até o final da gestão.

FATURAS ASTRONÔMICAS

Cai direção da CEEE no RS

No final da semana passada o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, demitiu toda a cúpula da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). O motivo foi o superfaturamento das contas de energia elétrica de janeiro. Cerca de 28% dos consumidores residenciais, ou seja mais de 534 mil contas tiveram suas tarifas aumentadas em até mais de 1.000%.

O diretor financeiro da empresa demitido, Claudio Canalis Goulart, disse que três empreiteiras responderam pelo processamento (leitura e digitação) das contas. "Tentamos mudar isto, pois achávamos que essa função deveria ser desempenhada por funcionários especializados. Faltou o sinal verde do governo do Estado".

Manuel Valente, presidente do Sindicato dos Eletricistas gaúcho, diz que o serviço prestado pelas empresas particulares "é muito caro e de baixa qualidade, por isto não é confiável". Ana Maria Spadari, também diretora do sindicato, lembra que a entidade vem denunciando este tipo de serviço e que "há 10 anos funcionários da CEEE desenvolveram um sistema muito eficiente de leitura e digitação feito pela própria empresa. Mas para nossa surpresa logo depois entregaram os serviços para as empreiteiras".

O que está acontecendo hoje no Rio Grande do Sul pode vir a ocorrer na Celesc, pois diversos serviços importantes também estão a cargo de empreiteiras.

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Carvalho Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazzon. Ilustração: Frank Maia. Diagramação e composição: Estação de Edição Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone (0482) 22-3866; telefax (0482) 23-5596; telex 482555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

ENTREVISTA

A luta dos aposentados é de todos os trabalhadores

Gastão Cassel / Aquilo Linha Viva



Meneguelli só acredita em um movimento que reúna trabalhadores de todo país

O desrespeito de Collor com os aposentados e as leis irrita o presidente da Central Única dos Trabalhadores. Jair Meneguelli. Nesta entrevista exclusiva ao repórter Nei Pacheco, do Núcleo Organizado de Imprensa Sindical - NOIS, Meneguelli garante que os inativos têm direito aos 147% e que todos os trabalhadores já estão pagando para que isso aconteça.

A CUT trabalhou junto ao Congresso Federal para derrubar o projeto do Governo de aumento do desconto para a previdência. Qual o trabalho que está sendo feito em relação aos aposentados?

Jair Meneguelli - A luta dos aposentados deve ser

entendida com uma luta da classe trabalhadora brasileira e para isso é preciso mobilizar todo o conjunto dos trabalhadores para conquistarmos o pagamento dos 147% aos aposentados, porque nós estamos sendo cobrados. Os impostos estão sendo cobrados a partir de um cálculo dos 147% e não podemos permitir que o Presidente minta para os trabalhadores. Está aí a resposta do Tribunal de Contas da União dizendo que a previdência tem dinheiro. E se o governo continuar afirmando que a previdência não tem dinheiro, é só acabar com os sonegadores que o dinheiro aparece. É buscar as empresas que não registram seus funcionários e que criminalmente estão sujeitas a uma penalidade porque está sonegando o país.

Como a CUT vê o quadro político nacional, onde publicamente o poder executivo está tomando uma postura de desrespeito ao judiciário?

JM - Eu tenho a impressão de que quando o Collor era moleque o pai dele de-

ser cumprida por todos. A lei é feita para ser cumprida pelo pobre, pela classe média, pelo rico e pelo Presidente da República.

Como você está vendo o movimento dos aposentados em todo o país e os últimos acontecimentos de

Florianópolis e Criciúma?

JM - Temos que louvar a coragem dos companheiros aposentados, porque eles estão lutando bravemente, buscando no fundo do poço toda a energia que ainda lhes resta para lutar por seus direitos. É uma demonstração extraordinária. Se nós conseguirmos nos somar a esta luta dos aposentados, tenho certeza de que faremos prevalecer o direito dos trabalhadores aposentados a esses 147%.

Como a CUT vê a situação de Criciúma - com a luta dos aposentados, as demissões na CSN - já que é um importante pólo de reserva mineral para o país?

JM - São vários os exemplos de luta dos trabalhadores no país. O problema é que estamos atravessando dificuldades em todas as instâncias, em todas as categorias. Tenho certeza que a saída não passa pela luta de apenas uma categoria, de uma região ou de um estado. A saída para a classe trabalhadora é termos a capacidade de unificar as nossas preocupações, unificar a nossa luta.

Conselho escolhidos pela empresa assumiram. Luís Carlos Pacheco, Paulo Whendafen Portela e Marcos Aurélio do Amaral. Suplentes: Geavi Correa, Mario Augusto Baptista e Mario Henrique da Silva Filho.

Sinergia busca novos representantes

Já estão abertas as inscrições para representante sindical do Sinergia. As inscrições podem ser feitas na secretaria do sindicato, com uma foto de candidato 3x4. Um boletim de apresentação dos candidatos será feito antes das eleições.

TRIBUNA

Coisas de velho!

Delman Ferreira
Diretor do Sinergia

Hoje a gente dá risada. Mas, foi jogo duro!

O Brasil passava de república das Alagoas para república de Rio Preto, república do Paraná, república de Pernambuco, era a própria república da Mãe Joana. Todo mundo metia a mão. A passagem pela corte era rápida, então metiam a mão fundo para aproveitar o tempo. Era uma espécie de distribuição de renda. Quem conseguia subir a rampa, tinha seu quinhão. Milhão era coisa de punquista. Gente fina, para ter respeito, tinha que roubar na casa dos trilhões e escancaradamente, para sair na Globo e se tornar VIP.

Foi jogo duro!

A roubalheira era tanta que deixou a gente sufocado, sem conseguir tomar fôlego para reagir. Enquanto patinávamos eles deitavam e rolavam.

"A passagem pela corte era rápida, então metiam a mão fundo para aproveitar o tempo"

Até que se ouviu um grito indignado:

CHEGA!
Ninguém vai me roubar outra vez!

Eram os aposentados. Já tinham sido roubados na poupança e resolveram reagir quando quiseram meter a mão na aposentadoria. Nem me lembro qual era o índice. Só sei que foram para as ruas, fecharam os bancos, bateram em superintendente, apanharam da polícia e fizeram o Brasil se indignar com eles. Timidamente, gradativamente, o povo foi reagindo. Uma revolta daqui, uma resistência de lá, uma rebeldia d'alóla.

A coisa foi tomando corpo. Um formigamento nervoso. Até que, como uma onda, o país inteiro se levantou.

E este país virou nação! Com orgulho de ser Brasil!

Uma nação em que a neurose do progresso a qualquer preço deu lugar à harmonia do desenvolvimento integral - político, econômico e, principalmente, social.

Voltamos até a ser campeões de futebol. Também, com tanta gente conseguindo comer, esbanjando alegria e criatividade, ficou mais fácil ser campeão, de bola e de vida.

Mas foi jogo duro.

Hoje a gente dá risada!

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.



Sindicato de Concórdia fica sem conquistas

No final do ano passado o Sindicato dos Eletricistas de Concórdia - que não faz parte da Intersindical e segundo esta representa uma tentativa de dividir os eletricistas - entrou com dissídio



paralelo às negociações com a Celesc. No dia 29 de janeiro saiu o resultado do julgamento do dissídio. O juiz, na sentença normativa, e não de extensão do acordo feito pela Intersindical como queria o sindicato de Concórdia, não concedeu a liberação de dirigente sindical, nem o desconto de taxa confederativa. O juiz também não concedeu a cláusula de garantia de emprego e rejeitou que a Celesc fosse representada pela Fiesc. De tudo isto vale ressaltar que a falta de legitimidade na representação dos trabalhadores pode levar a resultados danosos para o trabalhador. Da sentença do

juiz se conclui o reconhecimento explícito da legitimidade e representatividade da Intersindical no conjunto dos trabalhadores da Celesc.

Posse no Conselho da Fundação Elos

Foram empossados no dia 4 de fevereiro no Conselho de Curadores da Elos como efetivos eleitos pelos empregados Aldo Guido Votto, Antonio Waldir Vituri e Claudius Charles Girardi. Seus suplentes são José Ronaldo Balthasar, Moacir Ramos de Freitas e Luís Carlos da Fonseca Salomão. Como membro efetivo da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Eletrosul assumiu Alfredo Nuerenberg (suplente: Walter Zer dos Anjos). Como membros do

JOÃO BOSCO

Além de todas as fronteiras

Regina Pacheco
Prof. do Departamento de Letras da
UFSO

João Bosco é mineiro de Ponte Nova, onde nasceu em julho de 1946. João Bosco é uma pessoa com um ritmo tranquilo e tem o hábito de trabalhar em silêncio. E aí faz ponto final sua mineiridade. Sua música não é música de raízes mineiras, como a de Milton Nascimento ou a de Beto Guedes. Será ela possível de rotulação? A resposta a esta pergunta é objetivamente negativa...

Acompanhar a trajetória de João Bosco depois do afastamento de Aldir Blanc, naquilo que poderia ter-se tornado um beco sem saída, já que os dois formavam uma parceria considerada da perfeita, tem sido um constante deslumbamento, às vezes até um susto.

Em "Ai ai ai de mim" (CBS, 1986), há o que se pode chamar de transição. E entre as músicas só de João, encontramos outras feitas com Aldir, Capinam, Abel Silva, e a mais insuspeitável e desconcertante de todas: uma gloriosa parceria com Ravel ("Bolerando com Ravel"). Nesse disco - na opinião de vários Boscomaniacos, o melhor de sua carreira - naquele sincretismo musical que lhe é próprio, baseado nas influências nacionais, hispânicas, caribenhas, com o eterno toque de música negra.

"Bosco", o disco seguinte, (CBS 1989) foi mais que uma renovação, foi um susto. Nele João regravou Corsário, antiga parceria com Aldir ("Ouvi a gravação feitas pela Elis Regina no México e lançada após sua morte, e só então fui notar sua beleza", contava ele no show). E só esta canção lembrava a outra fase, num disco que foi grande novidade. Como tal, meio assustador no início, e puro deleite depois. Todas as outras faixas são de João Bosco - letra e música.

E sai agora seu 14º disco, "Zona de

Fronteira" (Colúmbia, 1991). A parceria com Wally Salomão, já feita sucesso em Memória da Pele, divulgada pela novela "Pantanal", ampliou-se com a entrada de Antônio Cícero, irmão e parceiro de Marina. Há certas críticas a essa ampliação: "o disco ficou Antônio Cícero demais", é uma frase que resume as críticas adequadamente. Isso significa na verdade, que há uma faixa de público que não se identifica muito com os ares pós-modernos das letras de Antônio Cícero ("Holofotes" é o exemplo mais intrigante; "Trem Bala" tem muito disso, também, e algumas das outras, um pouco).

O que importa é que, para todas as letras, acima delas, está a música de João Bosco - para a qual as letras foram



feitas -, irretorquível, irretocável, além de todas as fronteiras.

Para quem se coloca além e acima dos rótulos, "Zona de Fronteira" é, simplesmente, mais uma obra prima de João Bosco. Do "Trem Bala" que integra a estação razão à instituição, à leitura sempre renovada de "Memória da Pele", ao mito revisitado de prometeu em "Ladrão de Fogo", à afinidade entre almas em "Granito", você se encontra em "Saída de Emergência": "Sem ao menos escutar você mentir pra mim/ me diz meu bem/ como é que eu faço pra dormir?".

No corta-jaca que é "Ladrão de Fogo", há os doubles de uma guitarra flamenca. "Trem Bala" mistura choro e rap, dá pra acreditar? A voz de João faz mi-sérias, brincando com o grave, com o falsete, experiente, perfeita, sedutora. E como aqui tudo termina em samba, o disco fecha com o samba que lhe dá nome, e que retrata eficazmente nossa brasileiroidade cotidiana: "exato na zona de fronteira/ eu improviso o Brasil".

SE ESSA ILHA FOSSE MINHA III

Padre questiona conceito de progresso na capital

Padre Wilson Groh, conhecido por seu trabalho em comunidades eclesiais de base, na periferia de Florianópolis, foi apontado como um "contra", um integrante de um grupo de pessoas que tenta afastar a cidade de um futuro promissor. É claro que o padre Wilson não concorda com isto.

Para ele a primeira coisa a se analisar nesta polêmica é "qual a perspectiva de progresso da cidade. Não somos contra um plano de desenvolvimento econômico para a ilha, não somos contra os projetos de internacionalização da ilha que os empresários tem. Mas estes planos têm que estar à serviço da população, da classe trabalhadora. Tem que proporcionar uma vida digna. O que existe hoje é um desenvolvimento que expulsa o trabalhador, inclusive o ilhéu. O custo de vida encarece tanto que as pessoas são obrigadas a deixar a ilha. O progresso da cidade tem que gerar qualidade de vida e não privilegiar uma classe e expulsar a outra".

Padre Wilson discorda também das acusações de que ele estaria estimulando a favelização da ilha. "Isto está acontecendo porque as pessoas não tem oportunidade de se desenvolverem, partem para mão de obra qualificada, para melhorar suas vidas. Ninguém quer morar em favela. A nossa luta é pelo contrário para acabar com esta exploração desenfreada, com os baixos salários, a falta de oportunidades. Queremos casa melhor, escola, saúde, saneamento básico, transporte coletivo, profissionalização e qualificação de mão de obra, plano diretor que contemple áreas para habitações de baixa renda."

Na última ocupação feita na cidade, a da Nova Esperança, na Coloninha, o padre constatou que mais de 60% das famílias já moravam em Florianópolis de aluguel. "Não tiveram mais condições de pagar o aluguel desta cidade e foram para a favela. Isto não é uma lei natural, como dizem alguns. Isto é um processo de desenvolvimento injusto. As relações entre as pessoas é de exploração da mão de obra barata."

Na defesa dos mais pobres o padre lembra que quem constrói a cidade "não são os empresários, não são os ricos. Quem constrói a riqueza são os que fazem os prédios e depois vão morar na favela, os que fazem os serviços de limpeza, que carregam os supermercados e o comércio, os que mantêm os hotéis funcionando. Por isto estas pessoas tem direito à devolução desta riqueza em benefícios sociais: educação, saúde, transporte, moradia, saneamento. Lutamos para democratizar a ilha. Democracia é pão na mesa, salário justo, acesso ao saber".